

**OS INTELLECTUAIS E A ESCRITA DA HISTÓRIA – AS
CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DE JEAN-FRANÇOIS
SIRINELLI**

***THE INTELLECTUAL AND WRITING HISTORY - THE
CONTRIBUTIONS METHODOLOGICAL JEAN - FRANÇOIS
SIRINELLI***

Rubens Arantes Correa¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de discutir algumas ideias sobre a questão dos intelectuais enquanto objeto de estudo historiográfico, tendo como referencial as contribuições metodológicas sobre a temática desenvolvidas por Jean-François Sirinelli, historiador francês filiado à tradição da história política na linha preconizada pela escola de René Rémond e cuja obra situa-se na convergência do político e do cultural, abordando diferentes temas da história contemporânea francesa, como a história das direitas, a cultura de massa e os anos 1960. Autor de *Histoire des Droites em France* (1992), Sirinelli toma os intelectuais enquanto atores históricos portadores de enunciados socialmente forjados, construídos no decorrer de suas inserções nas redes de sociabilidades e em diálogo com suas trajetórias geracionais, condição que os torna um objeto particular em relação aos demais objetos de investigação historiográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais; História Política; Cultura Política;

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss some ideas on the issue of intellectual as historiographical object of study, taking as reference the methodological contributions on the theme developed by Jean -François Sirinelli , French historian affiliated with the political history of tradition in the line advocated by the school Rene Remond and whose work is located at the convergence of political and cultural , addressing different themes of contemporary French history, as the history of rights, mass culture and the 1960s Author of *Histoire des Droites in France* (1992) , Sirinelli takes intellectuals as historical actors carriers of socially forged statements, built in the course of their insertions in sociability networks and dialogue with their generational trajectories, a condition that makes a particular object in relation to other objects of historiographical research.

KEYWORDS: Intellectuals; Political History; Political Culture.

O CAMPO HISTORIOGRÁFICO: MUTAÇÕES, OSCILAÇÕES

¹ Doutor em História pela UNESP campus de Franca. Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP – campus de Birigui). Endereço: Rua Pedro Cavallo, 709 – Portal da Pérola II – CEP 16201-407 – Birigui / SP – E-mail: rubens.arantes65@gmail.com

Fatores de ordem diversa explicam os processos de mudanças operadas no interior do campo historiográfico. De tal sorte que a história, enquanto disciplina, está à mercê de mutações em termos de paradigmas teórico-metodológicos como forma de percepção e explicação da realidade. Isso quer dizer que de tempos em tempos as abordagens do real ora privilegiam o econômico, ora o social ou o cultural, ora o político. Tudo depende do contexto em que estão inseridos o historiador (homem de seu tempo) e a ideologia dominante:

[...] como sempre acontece em história, a explicação dessas oscilações [as mudanças de enfoques operadas no interior da disciplina] está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa [no caso o historiador]. (RÉMOND, 2003, p. 14)

Tais oscilações explicam as razões pelas quais temas e objetos de pesquisas, perdem ou ganham prestígio e interesse, bem como esclarecem as disputas por hegemonia entre correntes e vertentes dentro do campo historiográfico. A cada nova geração de historiadores novos paradigmas conceituais e temáticos se impõe jogando para o ostracismo questões que até então incomodavam o historiador.

Exemplo recente dos embates dentro das corporações de historiadores são os casos de duas publicações-manifestos através das quais cada vertente historiográfica tenta impor seus métodos, seus problemas e suas abordagens como questões centrais do campo: *Faire de l'histoire* (1974, três volumes), a cargo de Pierre Nora e Jacques Le Goff, enfatizando os aspectos culturais e das mentalidades; e *Pour une histoire politique* (1988), dirigida por René Remond, obra que revigora os procedimentos metodológicos de abordagem de temas relacionados à história política.

Assistiu-se no decorrer do século XX um deslocamento do centro de investigação historiográfico de questões e objetos que se encontravam inseridos na linhagem da história política, linhagem esta que passou a ser combatida pelas tendências dominantes do campo historiográfico, em especial, pelos *Annales* e suas ramificações que desqualificam a história política, pois, esta valoriza o chamado “acontecimento episódico”, dando maior importância a fatos históricos pontuais, biografias de reis e genealogias de dinastias, disputas e lutas pela conquista e manutenção do Estado, enfim, elementos que fariam a história política, à luz do entendimento dos *Annales*, um braço das concepções marcadamente positivistas das Ciências Humanas de um modo geral.

O problema suscitado nos remete ao surgimento e afirmação da escola dos *Annales*. Como aponta Peter Burke (1991), os primeiros anos do século XX foram marcados pela recusa e pelo combate aos procedimentos da história política, até então dominante nos meios acadêmicos. Para exemplificar sua afirmativa cita o caso de

François Simiand², que em artigo corrosivo à época onde atacou os historiadores do político, sob a argumentação de que se tratavam de adoradores de “ídolos” que deveriam ser derrubados, tais como o “ídolo político”, excessivamente voltado para a história dos fatos políticos, das guerras, das dinastias; o “ídolo individual”, e sua ênfase nos chamados “grandes homens”; e, finalmente, o “ídolo cronológico”, ou seja, a prática corrente de perder-se nos estudos das origens.

O apelo à necessidade da renovação do campo de investigação da pesquisa histórica levou a escola dos *Annales* não só em radicalizar sua oposição aos “ídolos” da história política de cunho positivista como a aprofundar um programa de revigoração dos estudos históricos que deixarão marcas ao longo de todo o século XX. A proposta de novos objetos, de interdisciplinaridade aproximando a história da economia, da sociologia, da geografia e de outras disciplinas; a valorização de novas temporalidades que colocasse em dúvida a supremacia do tempo curto ou da chamada história episódica, sobretudo, por meio da ideia das permanências, das mentalidades, a longa duração braudeliiana, a redefinição conceitual de “civilização”, da aproximação com a antropologia resultando na exploração de novos objetos como o estudo de clima, da alimentação, da vida privada, das práticas religiosas, do corpo, entre outros.

Conforme Reis (1996, p. 68-73) a escola dos *Annales*, no decorrer de sua trajetória e de sua tripla geração³, manifestou recusa total à esfera do político, condenando-a ao seu desaparecimento sob a justificativa de que a dimensão do político nada mais era do que um mero reflexo da consciência e da vontade individual.

A partir da década de 1980, entretanto, iniciativas envolvendo disciplinas diversas das Ciências Humanas vão revitalizar a perspectiva da história do político a partir de novas abordagens e aportes metodológicos. François Furet (1998), por exemplo, propõe uma apreensão da dimensão do político a partir de uma aproximação entre história e filosofia, afirmando:

Eu advogo que a história política seja ao mesmo tempo a história das ideias, não apenas de sua recepção social. E, aliás, dentro dessa perspectiva, eu advogo uma aliança da história com a filosofia. Minha ideia central [...] é juntar os historiadores e os filósofos. É tentar reabilitar não apenas a história do político, mas, também, a história das ideias, que foi praticamente arruinada pela Escola dos Anais. (FURET, 1998, p. 143-161)

² Sociólogo e historiador francês que em 1903 publica artigo intitulado Método Histórico e Ciências Sociais criticando os métodos praticados até então pelos historiadores e defendendo os procedimentos da história econômica. O artigo referido no parágrafo foi citado por BURKE, Peter (1992).

³ Por “tripla geração dos Annales” entende-se a sucessão de trabalhos de pesquisas históricas que giraram em torno de um núcleo fundador, ou seja, a 1ª. geração de Marc Bloch e Lucien Febvre (da fundação na década de 1920 até a II Guerra Mundial); a 2ª. geração de Fernand Braudel (do fim da II Guerra até a década de 1980); e a 3ª. geração sob o comando de Jacques Le Goff a partir dos anos 80.

Na esteira da escola remondiana⁴ assiste-se o revigoramento do político no interior do campo histórico trazendo para o centro de interesse dos historiadores temas até então deixados para outros campos de especialidades das ciências sociais, como a sociologia e a ciência política, tais como processos eleitorais, partidos políticos, mídias, intelectuais, entre outros. O “retorno” do político e da História Política traduz, a um só tempo, um movimento de temporalidade no qual se percebe, de um lado, a impossibilidade de tratamento dos fatos econômicos, sociais e culturais desligados da esfera política; e de outro lado, a percepção de que o Estado, na contemporaneidade, a despeito dos ataques do neoliberalismo, ampliou seu papel na sociedade:

Nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política: é também o principal objeto das competições. (RÉMOND, 2003, p. 20)

Para Rémond (2003), portanto, é necessário admitir que em função, nos últimos tempos, de maior demanda por parte da sociedade em relação ao Estado – o que fez crescer enormemente as atribuições políticas, sociais, econômicas e culturais do mesmo – houve um despertar cada vez crescente sobre a esfera do político. As demandas de associações de classe, sindicatos, igrejas, categorias profissionais, opinião pública e imprensa, suscitaram o interesse pela política e voltaram suas ações práticas (greves, reivindicações, manifestações públicas etc.) para o Estado, exigindo do mesmo uma tomada de posição acerca de suas demandas.

A conjugação dos dois fatores – externo relativo à dinâmica própria da realidade e interno correspondendo ao movimento característico da produção epistemológica da história – explica, então, o retorno do político enquanto objeto de interesse investigativo:

Para a compreensão das inversões de tendência em epistemologia, os fatores exógenos não são suficientes: são precisas também conviências internas. A virada da sorte da História Política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação. [...] Na verdade, ela não é a mesma história política e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica. (RÉMOND, 2003, p.26)

Concomitante à hegemonia da Escola dos Annales, cujos principais expoentes vinculam-se à *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, René Rémond (2003), em contraste, desenvolve sua vida acadêmica em torno da pesquisa relacionada à história contemporânea, vinculando-se à *Fondation Nationale des Sciences Politiques* de Paris. Sua abordagem valoriza os aspectos políticos do processo histórico procurando destacar

⁴ Referência à René Rémond que exerceu grande influência sobre historiadores aglutinados na Foudation Nationale des Sciences Politiques e da Universidade de Paris X – Nanterre que priorizaram suas pesquisas no campo da história política.

o papel das revoluções, dos Estados na época contemporânea, dos grupos políticos e intelectuais.

Enquanto os *Annales* demarcam território afirmando a necessidade de se valorizar, ora a longa duração – tão cara a Fernand Braudel –, ora o ecletismo de novas abordagens e objetos – defendido pela *Nouvelle Histoire* -, Rémond mantém-se a favor da história política, mas não da velha história política praticada pelos positivistas, mas de uma nova história política com pressupostos teóricos novos:

É um falso dilema este de quererem nos encerrar em certas escolas – a alternativa entre o reconhecimento de um determinismo da história ordenada a realizar um único fim, ou a sua dissolução numa infinidade de situações sem rima nem razão. Para não se deixar reduzir à lógica de nossos sistemas de pensamento e de interpretação, a experiência histórica não escapa da racionalidade. Pode se admitir que, assim sendo, a história apresenta algumas grandes diretrizes e que os processos pelos quais se manifestam e se efetuam comportam, a cada momento, uma pluralidade de combinações. [...] a realidade social é mais rica, mais variada, complexa do que a imagem simplificada que propõem todos os sistemas de explicação. (RÉMOND, 1994, p. 8)

A influência, pois, de Rémond sobre parcela de pesquisadores franceses vai se fazer de modo muito evidente, não só em termos de escolhas metodológicas e epistemológicas, como, ainda, em termos práticos, aglutinando em torno de instituições e publicações por ele dirigidas, historiadores como Serge Berstein, Jean-Pierre Rioux, Philippe Levillain, Michel Winock, Antonie Prost e Jean-François Sirinelli, entre outros. Esse grupo é responsável por investigar sob a ótica da história do político temas como partidos políticos, a opinião pública, o papel da mídia na sociedade contemporânea, a cultura de massa, as ideias políticas, a relação entre religião e a política institucionalizada, a guerra, os intelectuais...

CARACTERIZAÇÃO, TIPOLOGIAS, PERIODIZAÇÃO

Segundo Jean-François Sirinelli (1986), círculos intelectuais, assim como outros objetos próprios do fazer da história política, não tiveram, da parte da historiografia francesa, a mesma atenção que outros domínios de pesquisas como a história das mentalidades, por exemplo, caindo mesmo no esquecimento no decorrer de décadas do século XX. Provavelmente em função do próprio ostracismo vivido pela história política, ficaram ausentes do centro de interesse dos historiadores, obedecendo ao movimento cíclico das mutações e ondulações do campo historiográfico. Ao contrário de outras áreas do conhecimento, tais como a Ciência Política e a Sociologia que voltaram seus olhares para os intelectuais, o domínio de Clio preferiu abordar outros objetos.

No inventário das causas da proscrição dos intelectuais, outros fatores são levantados: o fato de que uma história dos intelectuais nos remeter a uma temporalidade histórica ainda muito recente – a história contemporânea propriamente, fato causador de certa suspeição por parte da corporação dos historiadores que a veem com desconfiança; as dificuldades, apontada pelos que recusam o estudo dos intelectuais, de caracterização objetiva e conceitual sobre os próprios intelectuais; e, finalmente, o fato de a história dos intelectuais não se constituir em um campo próprio de pesquisa, pois seria confundida com a história das ideias políticas e com a história da cultura política.

Para fazer frente às desconfianças relativas ao objeto, J-F. Sirinelli (1986), inicialmente, rechaça a suposta confusão entre história dos intelectuais e história das ideias, propondo uma renovação metodológica naquele domínio:

A renovação desta história [a história dos intelectuais], depois de décadas em que a história econômica e social ocupou uma grande parte do campo de pesquisa, será frutífero com o custo de reabilitação dessas ideias em seu contexto social e histórico. Em outras palavras, para evitar ser confinada a uma “pura história das ideias”, é conveniente que, paralelamente à história genealógica das ideias – que incidem sobre iniciativas, em particular, de Jean-Jacques Chevallier e de Jean Touchard, autores essenciais nessa disciplina – que os estudos comecem por investigar como o conhecimento vem aos intelectuais. (SIRINELLI, 1986, p. 98)⁵

Em relação às dificuldades de conformação conceitual do que se entende por intelectuais, Sirinelli (1986) reconhece seu caráter multifacetado, mas, lembra que os critérios conceituais de atribuição e identificação de grupos sociais são dinâmicos mudando conforme muda a sociedade. Não se trata, pois, de um simples jogo de nomenclatura dado que intelectuais constituem uma categoria social de difícil delimitação, com variantes representativas ao longo do tempo e do espaço.

Mesmo reconhecendo tais dificuldades de contornos do objeto, Sirinelli (1986) estabelece uma tipologia tomada de emprestada das abordagens sociológicas e políticas, não necessariamente excludentes: uma noção socialmente mais ampla de intelectuais, abarcando os chamados criadores e mediadores de cultura, tais como jornalistas, escritores, professores, eruditos; uma noção mais estreita e qualitativa, envolvendo a atuação específica dos intelectuais enquanto sujeitos políticos do processo histórico, ou seja, o engajamento em lutas políticas.

O engajamento e a função social parecem ser critérios definidores das possibilidades do estabelecimento de tipologias dos intelectuais enquanto grupo social. Norberto Bobbio (1997), por exemplo, afirma que cabe ao intelectual, no tocante a sua

⁵ Tradução do autor a partir do original: “Le renouveau de leur histoire, après des décennies durant lesquelles l’histoire économique et sociale occupa un large pan du champ de la recherche, ne pourra se révéler fécond qu’au prix d’une réinsertion de ces idées dans leur terreal social et leur contexte historique. En d’autres termes, pour éviter de se cantonner dans une “pure histoire des idées”, il convient, parallèlement à l’histoire généalogique de l’ave de l’esprit – dont la mise au point, à l’initiative, notamment, de Jean-Jacques Chevallier puis Jean Touchard, reste un acquis essentiel de notre discipline – d’étudier comment cet esprit vient aux clercs”. In: SIRINELLI, 1986, p. 98)

função social, a reflexão sobre as coisas, portanto, é intelectual aquele que escreve, que manipula símbolos, que dispõe das ideias como únicos instrumentos de trabalho. E propõe uma tipologia de intelectuais conforme suas relações com a política:

[...] aquilo que distingue um do outro é precisamente a diversa tarefa que desempenham como criadores ou transmissores de ideias ou conhecimentos politicamente relevantes, é a diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político. (BOBBIO, 1997, p. 72)

A tipologia de Bobbio (1997) distingue os intelectuais conforme suas funções, ou seja, existiriam os “intelectuais-ideólogos”, quer dizer aqueles que fornecem princípios-guia que pensam propriamente dito de acordo com objetivos a alcançar; e os “intelectuais-expertos”, ou seja, aqueles que possuindo conhecimentos técnicos são capazes de oferecer os meios para a resolução de problemas.

As duas definições, porém, não impedem reconhecer as dificuldades em estabelecer contornos mais precisos desse grupo social. No caso da definição que toma o intelectual como mediador da cultura pode surgir como questionamento o problema da dimensão quantitativa desse grupo, dando margem aos não adeptos da história dos intelectuais, o argumento da relevância e da ressonância social dos intelectuais. Por outro lado, a abordagem sobre os intelectuais que leva em conta a noção de “engajamento” procura desvendar as causas que estes estão a serviço.

Chartier (1990), de sua parte, também, aponta para as dificuldades de precisão e caracterização do que seja a história intelectual e seu objeto. A começar pelo próprio uso do vocábulo intelectual e suas diversas variações contextuais, temporais e locais, estabelecendo dificuldades de apreensão do objeto pelo campo histórico:

Às certezas lexicais das outras histórias (econômica, social, política), a história intelectual opõe, portanto, uma dupla incerteza respeitante ao vocabulário que a designa: cada historiografia nacional possui a sua própria conceptualidade e, em cada uma delas, entram em competição diferentes noções, mal diferenciadas umas das outras (CHARTIER, 1990, p. 30).

A solução para as dificuldades de apreensão do objeto, talvez se dilua com atenção do historiador voltada para o estudo dos percursos e lugares, as disputas e os engajamentos, elementos que podem contribuir para o entendimento social dos intelectuais para além de sua produção textual. A atividade intelectual não se resume ao próprio exercício da produção do texto seja na forma do artigo, do manifesto, do livro, mas, também, em sua inserção nos acontecimentos, como protagonista ou como partícipe:

Para além das designações e das definições importam, acima de tudo, a ou as maneiras como, em dado momento, os historiadores delimitam esse território imenso e indeciso e tratam as unidades de observação assim constituídas. Situadas no meio de oposições intelectuais e ao mesmo tempo institucionais, essas diversas maneiras determinam cada uma o seu objeto, a sua utensilagem conceptual, a sua metodologia. No entanto, cada uma é portadora, explicitamente ou não, de uma representação da totalidade do

campo histórico, do lugar que pretende aí ocupar e do deixado ou recusado às outras. A incerteza e a dispersão do vocabulário de designação remetem, sem sombra de dúvida, para essas lutas intradisciplinares ou interdisciplinares cujas configurações são próprias de cada campo de forças intelectuais e onde o que está em jogo é uma posição de hegemonia que é, antes de mais, a hegemonia de um léxico (CHARTIER, 1990, p. 31).

Outro aspecto importante relativamente à história dos intelectuais é o fator tempo que permite a inserção do objeto em contextos específicos, condição que favorece o estabelecimento de periodização da história intelectual. De um modo geral o critério para a demarcação temporal dos fatos relativos à história dos intelectuais é o do engajamento, ou a noção de compromisso, assumido direta ou indiretamente pelos intelectuais em sua relação com a sociedade:

Dirigir as funções de ator, ao lado de outros agentes do jogo político, testemunho ou, que refrata e esclarece, por decantação ou por amplificação – as tensões e os desafios de seu tempo. Indiretamente, como a consciência do seu tempo: neste caso, não é apenas um tempo dos microclimas intelectuais ou o barômetro de ar dos tempos políticos; ou torna-se, em um papel que também pode ser passivo, um agente das massas de ar cultural, o que determina instalação de grandes zonas de época ideológica. (SIRINELLI, 1986, p. 99)⁶

O recurso da periodização é utilizado por Winock (2000), outro expoente da história política francesa, para estabelecer o que denomina de “século dos intelectuais” para o caso francês do século XX. O critério que utiliza é o da luta intelectual e não o da produção cultural em cada contexto, identificando para cada contexto específico um ator intelectual que simbolizou àquela cena por meio de sua atuação pública. Por intelectuais, Winock (2000) entende o conjunto de homens de letras – escritores, filósofos, artistas, cientistas – que em determinada época marcaram-na por suas escolhas ideológicas e interferências na luta política, além do valor representativo desempenhado na cena pública.

Nesse sentido, Winock (2000) periodiza a história dos intelectuais dividindo-a em três momentos: o primeiro, entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ilustrado pelo recorrente caso Dreyfus, intitulado pelo autor como “anos Barrès”, em referência à Maurice Barrès (1862- 1923); a seguir o período do Entre Guerras entre os anos 1920/1930, chamados de “anos Gide”, em menção à André Gide (1869- 1951); e, finalmente, a terceira etapa século dos intelectuais, representada pelos

⁶ Tradução do autor a partir do original: “Direct, avec les fonctions d’acteur, aux côtés d’autres agents du jeu politique, ou de témoin, qui réfracte et clarifie – en les décantant ou en les amplifiant – les tensions et les enjeux de son temps. Indirect, em tant que conscience de son époque: dans ces cas, il n’est pas seulement un élément des microclimats intellectuels ou un baromètre de l’air du temps politique; il devient, dans un rôle qui peut d’ailleurs rester passif, un agent de la circulation des masses d’air culturelles, qui détermine l’installation des grandes zones idéologiques d’une période.” In: SIRINELLI, 1986, p. 99.

“anos Sartre”, entre a Libertação da França da ocupação nazista pelos Aliados em 1944 e o início dos anos 1980, quando da morte de Jean Paul Sartre (1905-1980).

Para cada período simbolizado por uma personalidade intelectual pública, Winock (2000) promove o cruzamento entre trajetórias, aponta para as oscilações político-ideológicas que aproximam ou afastam os intelectuais de seus grupos de sociabilidades, identifica os espaços e as ferramentas próprias à atuação dos chamados homens de letras como a redação e jornais e revistas, a elaboração e divulgação de manifestos, petições e programas de associações e organizações de defesa de posicionamentos e ações políticas.

Sobressai da narrativa de Winock (2000) sobre as lutas intelectuais na França do século XX os momentos de reflexão sobre o significado do papel dos homens de pensamento em face aos apelos da história como o caso de Julien Benda (1867-1956), intelectual francês de origem judaica que no contexto dos radicalismos do entre-guerras, onde ecos do caso Dreyfus, do anti-semitismo exacerbado, do nacionalismo extremado anti-germânico se faziam presentes, dividindo os intelectuais em grupos cada vez mais radicais, publica em 1927 um livro-manifesto com um título esclarecedor: “A Traição dos Intelectuais”. Benda, ele próprio membro-partícipe da geração liderada por André Gide, condena o que chama de traição de seus pares às paixões partidárias, de raças, de classes e de nacionalidades, chamando a atenção para o verdadeiro dever do intelectual que no seu entendimento passava pela defesa da razão, da verdade e da justiça, valores tidos como superiores e atemporais.

Cessadas as longas estações de combates onde o intelectual e o político se entrelaçaram no decorrer do século XX francês e, sobretudo, com o aprofundamento da crise do regime soviético intelectualmente simbolizado pela publicação, em 1973, do livro “O arquipélago Gulag” de Alexandre Soljenitsyn (1918-2008), reveladores da existência de campos de trabalho forçado na União Soviética sob a égide stalinista, Winock (2000) concluiu seu relato histórico com uma sedutora interrogação: o fim dos intelectuais? E arrisca uma resposta recorrendo à categoria gramsciana de intelectual orgânico:

Se considerarmos que a perspectiva de nossa sociedade não é mais a da mítica revolução proletária, portadora da sociedade de classes, mas o estabelecimento, em profundidade, da democracia – perpetuamente ameaçada, jamais concluída – os intelectuais terão também um papel orgânico a desempenhar, o de operários dessa difícil democracia, regime de liberdade limitada, de igualdade aproximativa e de fraternidade intermitente. (WINOCK, 2000, p. 800)

Os intelectuais, portanto, apresentam-se para a investigação histórica como um objeto controverso, de difícil definição e caracterização, de complicada categorização e periodização, fatores, contudo, que não inviabilizam sua apreensão. Daí a sugestiva constatação de J.F. Sirinelli (1986) de que a história dos intelectuais é uma história em construção.

ITINERÁRIOS, SOCIABILIDADES, GERAÇÕES

J.F. Sirinelli (1986) em seu registro sobre o estudo dos intelectuais e seu papel na sociedade, ressalta a necessidade de uma definição quanto a objetivos e métodos para a execução de uma história dos intelectuais. Nesse sentido, aponta para um programa de investigação a ser desenvolvido a partir da utilização das noções de itinerário ou trajetórias, estruturas de sociabilidade ou redes e microclimas, além de geração.

O emprego da noção de itinerários permite não só a reconstituição como a interpretação de trajetórias de grupos de intelectuais, mapeando seus territórios de ação, seus engajamentos e filiações de naturezas estéticas, políticas e partidárias. Nesse sentido, um estudo que valorize os itinerários dá ao pesquisador a possibilidade de penetrar no mundo não só dos “grandes intelectuais” como também os de menor expressão em uma dada época.

A reconstrução destes itinerários pode ser lograda através da biografia e pelo estudo de um grupo de indivíduos que tiveram percursos inicialmente homogêneos. As trajetórias dos indivíduos ou dos grupos intelectuais permitem a identificação das influências, dos cruzamentos, dos comprometimentos não só dos “grandes homens de letras” como também dos intelectuais menos conhecidos ou daqueles que necessariamente não alcançaram a visibilidade de um Jean-Paul Sartre ou Raymond Aron, por exemplo. São os chamados “despertadores”:

O termo [despertadores] parece adequado para caracterizar uma classe de clérigos [intelectuais] que não são necessariamente conhecidos ou sem sempre ter adquirido uma reputação em relação ao seu verdadeiro papel, estavam em vários setores da intelectual francesa, [servindo de] fermento para as próximas gerações, exercendo influência cultura e até política [...] (SIRINELLI, 1986, p. 102)⁷

A proposta de itinerários intelectuais de Sirinelli (2003) se opõe à sociologia do meio intelectual praticada por Pierre Bourdieu⁸ que enfatiza a análise “dos modos de produção social das opiniões e dos gostos”, procurando desvendar “estratégias” e “disputas” que possam revelar o funcionamento interno do campo intelectual. Para Sirinelli, a abordagem sociológica dos intelectuais praticada particularmente por

⁷ Tradução do autor a partir do original: “Le terme nous paraît convenir pour caractériser une catégorie de clercs qui, sans être forcément connus ou sans avoir toujours acquis une réputation en rapport avec leur rôle réel, ont été, dans différents secteurs de la vie intellectuelle française, un levain pour les générations suivantes, en exerçant une influence culturelle et même parfois politique [...]” (SIRINELLI, 1986, p. 102)

⁸ Em diversas oportunidades, Sirinelli manifesta suas diferenças em relação à Bourdieu no tocante à abordagem dos meios intelectuais. Apenas à guisa de exemplificação em entrevista de 2013 afirma: “O que eu não gosto nos historiadores influenciados por Bourdieu é justamente o fato de encontrarem sentido nos grandes sistemas de explicação do mundo, o que é muito confortável”. In: “Jean-François Sirinelli: sem mocinhos nem bandidos”, entrevista concedida à Bruno Garcia. revistadehistoria.com.br

Bourdieu desconsidera a necessidade de se levar em conta as formas diversas de organização, filiação ideológica e “afinidades mais difusas” em que se encontram os intelectuais.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador, não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 2003, p. 248)

Quanto a noção de estruturas de sociabilidade do meio intelectual, Sirinelli aplica-a especificamente ao universo da prática e do exercício do próprio mister dos homens de letras: a redação de uma revista, o conselho editorial de uma editora, os manifestos e abaixo-assinados, as vivências em espaços determinados como “salões e concertos da alta sociedade”, as academias, as livrarias e tipografias, além dos cafés e confeitarias, reveladores de uma sociabilidade boêmia e marginal.

O uso do termo estrutura de sociabilidade foi correntemente substituído pelo termo “redes”, forma mais corriqueira de expressar as relações de simpatia e amizade, assim como rivalidades e ressentimentos que aproximam ou distanciam os membros pertencentes a um grupo de indivíduos.

As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular.” (SIRINELLI, 2003, p. 252-253)

Essa “arqueologia” das estruturas de sociabilidade dos grupos intelectuais permite ao pesquisador desvendar as afetividades, as fidelidades e tensões, as tomadas de posições ideológicas e político-partidárias, as polêmicas e rupturas, as especulações e boatos em torno da vida pessoal e profissional dos homens de letras, os círculos de intelectuais em torno de uma figura de proeminência, o envolvimento em organizações estudantis, além da própria percepção que a sociedade de uma dada época faz dos intelectuais de seu tempo.

As estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados. Assim, se os “salões”, na fronteira entre os dois séculos, constituíam uma casa importante no jogo de ludo dos intelectuais, com suas musas da sociabilidade, eles não figuram mais entre os elementos decisivos que hoje quadriculam e subtendem a intelectualidade. Seria importante aleatório tentar esboçar uma tipologia desses elementos. Mas, em todo o caso, é possível necessário fazer sua arqueologia, inventariando as solidariedades de origem, por exemplo, de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de “redes” de intelectuais adultos. (SIRINELLI, 2003, p. 249-250)

Por fim, a noção de geração, componente relevante na metodologia proposta por Sirinelli (2003, p. 254-255), para se entender a constituição do meio intelectual, pois

neste “os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo”. Por geração intelectual, Sirinelli (1986) entende como uma ferramenta de pesquisa que veio para enriquecer a abordagem histórica, embora sua definição seja de difícil solução dado seu caráter ambíguo e multifacetado:

Para o historiador dos intelectuais, o emprego desta noção parece, numa primeira análise, duplamente perigoso. De um lado, não é preciso dizer que seria inábil buscar aí uma chave-mestra para o estudo da sociedade intelectual e de suas relações com a política. Um tal uso poderia, por outro lado, levar a própria essência das sociedades humanas e que os fenômenos decorrentes deste dado básico são, por isso ao que nos parece, ir adiante e levar em consideração os efeitos de idade e os fenômenos de geração. (SIRINELLI, 2003, p. 254)

Apreender, portanto, os intelectuais pelo viés da noção de geração, não significa levar em conta, somente, os “efeitos da idade”, propriamente dito, mas as aproximações em torno de um evento ou de um marco revelador das afinidades e filiações dos intelectuais em torno de um projeto estético, político ou ideológico. Do contrário, cair-se-á na tentação de apenas circunscrever os intelectuais e homens de letras dentro de classificações e tipologias estanques.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada da história política observado nos últimos tempos trouxe a tona o interesse pela história dos intelectuais. Não aquela história dos intelectuais exaltadora das grandes figuras, mas aquela que busca trabalhar seu objeto numa perspectiva plural, situando esse objeto nas fronteiras sempre abertas do político, do cultural, das ideias políticas e da cultura política.

Trata-se, na verdade, e o próprio Sirinelli (1986) reconhece, de uma “história em construção”, no sentido de ainda estarem os pesquisadores dessa área em busca de novos métodos e novas abordagens. Desvendar os engajamentos nas lutas políticas, as influências pontuais em diferentes conjunturas históricas, as representações elaboradas pelos diversos grupos sociais, as redes de sociabilidades, enfim inúmeras possibilidades de estudos se abrem ao pesquisador interessado na história dos intelectuais.

Conforme Sirinelli (1986) a história dos intelectuais não deve se ater somente ao seu nível de engajamento na vida política ou a sua função social, mas, ir além do entendimento da formação de suas redes de convivência e solidariedade, na compreensão dos mecanismos de funcionamento interno dos grupos de intelectuais nos diferentes momentos históricos.

A contribuição para a escrita da história dos intelectuais oferecida por Jean François Sirinelli (1986) demanda uma compreensão mais ampla, qual seja, a da emergência da chamada história do tempo presente, corrente historiográfica caracterizada por uma abordagem “aberta” do fato histórico, integrando o político e o cultural, no esforço de reconstituir a realidade que desapareceu, trabalhando diferentes chaves de interpretação.

Fugindo dos esquematismos reducionistas que, em seu ponto de vista, impedem uma compreensão histórica mais ampla, Sirinelli (1986) vai se posicionar favoravelmente à tomada de posições e convicções por parte do historiador, desde que as mesmas não impeçam um entendimento mais largo das complexidades da vida vivida e apreendida pela pesquisa histórica. Autor de trabalhos sobre história política, história cultural, cultura de massa, história do tempo presente e historiografia, Sirinelli (1986) vai se notabilizar pela autoria da biografia cruzada de dois dos maiores intelectuais franceses da segunda metade do século: Sartre e Aron.

A despeito da importância dos dois pensadores objeto de sua pesquisa, *Deux Intellectuels dans le siècle, Sartre et Aron*, é um roteiro metodológico exemplar de escrita da história dos intelectuais. Nela, Sirinelli (1995) traça dos perfis comparados de Sartre e Aron desde a formação de ambos na *Ecole Normale Supérieure* entre 1924 e 1928; a experiência da guerra dá início a uma separação definitiva jogando-os em arenas radicalmente opostas: de um lado o intelectual engajado, Jean-Paul Sartre, de outro, o intelectual liberal, Raymond Aron. A morte de ambos em princípios dos anos 1980 assinala uma reflexão sobre o papel dos intelectuais na sociedade, tal como se configurou na modernidade.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. 3ª. ed., São Paulo, Unesp, 1991.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 29-67.

FURET, François. O historiador e a história: um relato de François Furet. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p. 143-161, 1988.

REIS, José Carlos. *A História: Entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo, Ática, 1996.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: *Por uma história política*. 2ª.ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 13-36.

RÉMOND, René. “Por que história política?” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7 I n. 13, 1994. (apresentação de Maria Yedda Linhares)

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Entrevista: Jean François Sirinelli / por Marieta de Moraes Ferreira. Vol. 33, no. 65, São Paulo, 2013.

REVISTA DE HISTÓRIA.COM.BR – “Jean François Sirinelli: sem mocinhos, nem bandidos” / por Bruno Garcia. Edição de 1/3/2013.

SIRINELLI, Jean François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª.ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SIRINELLI, Jean François. Le hasard ou la necessite? Une histoire em chantier: l’histoire des intellectuels. In: *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*. No. 9, janvier-mars, 1986, pp. 97-108.

WINOCK, Michel. *O Século dos Intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Recebido em 20/09/2016

Aceito em 28/11/2016